

Trabalho premiado no Eixo 3 – Biblioteca e Sociedade,
do XXII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU 2023)

 [10.58876/rbbd.2024.2012052](https://doi.org/10.58876/rbbd.2024.2012052)

Quesitos do Censo da Educação Superior como parâmetros para políticas de acessibilidade e inclusão em bibliotecas: estudo de caso do Instituto Federal do Maranhão

Censo da Educação Superior questions as parameters for accessibility and inclusion policies in
libraries: a case study of the Instituto Federal do Maranhão

Cladice Nobile Diniz

Doutora em Ciência da Informação pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
E-mail: cladice@gmail.com

Janaina Bianque do Nascimento Abreu

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Bibliotecária do Instituto Federal do Maranhão
(IFMA).
E-mail: janaina.abreu@ifma.edu.br

RESUMO

Apresenta um panorama da situação da acessibilidade nas 23 bibliotecas universitárias do Instituto Federal do Maranhão, cada uma atendendo a específico *campi*, panorama esse visto da ótica dos parâmetros do Censo da Educação Superior 2023, visando que esses elementos atuem como indicadores para orientar políticas de acessibilidade e inclusão. A metodologia é de estudo de caso quantitativo com fins descritivos, apoiando-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Esta levantou junto aos bibliotecários suas respostas às perguntas desse censo, por meio de questionário estruturado. Os dados tratados permitiram descrever a situação da acessibilidade nessas bibliotecas, na qual se destacam a necessidade de mais recursos de acessibilidade e que sua obtenção não se atrela necessariamente à disponibilidade de fomento, uma vez que vários recursos tecnológicos para a acessibilidade são obtidos de forma gratuita. Esses resultados do tratamento de dados também apontam como caminhos possíveis de solução o de as bibliotecas participarem intensamente de órgãos da instituição que se propõem à promoção da acessibilidade, de se estabelecer políticas de acessibilidade e inclusão e se investir em habilidades e cultura tecnológicas em prol da inclusão, assim como a promoção de campanhas esclarecedoras, com orientações de como as bibliotecas podem agir para se tornarem mais acessíveis. Por fim, se verificou que os quesitos do Censo da Educação Superior são parâmetros úteis para nortear o diagnóstico da situação das bibliotecas quanto à acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Bibliotecas. Parâmetros para Políticas de Acessibilidade e Inclusão. Censo da Educação Superior. IFMA.

ABSTRACT

It presents an overview of the accessibility situation in the 23 university libraries of the Federal Institute of Maranhão, each serving specific campuses, a panorama seen from the perspective of the parameters of the Censo da Educação Superior 2023, aiming for these elements to act as indicators to accessibility policies and inclusion guide. The methodology is a quantitative case study with descriptive purposes, based on bibliographic, documentary and field research. This survey collected their answers to the questions in this census from the librarians, using a structured questionnaire. The data processed made it possible to describe the accessibility situation in these libraries, in which the need for more accessibility resources stands out and that obtaining them is not necessarily linked to the availability of funding, since several

technological resources for accessibility are obtained free of charge. These data processing results also point to possible solutions for libraries to participate intensively in the institution's bodies that aim to promote accessibility, to establish accessibility and inclusion policies and to invest in technological skills and culture in favor of inclusion, as well as the promotion of enlightening campaigns, with guidance on how libraries can act to become more accessible. Finally, it was found that the questions from the Censo da Educação Superior are useful parameters to guide the diagnosis of the situation of libraries in terms of accessibility.

Keywords: Accessibility. Libraries. Accessibility and Inclusion Policies Parameters. Censo da Educação Superior. IFMA.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem se posicionando quanto à acessibilidade, à inclusão social e às políticas de inclusão devido à ainda existirem muitas barreiras em alguns lugares, dificultando a autonomia das Pessoas com Deficiência (PCD).

As barreiras referidas acima não se trata especificamente das físicas, como pisos sem nivelamento, mas sim, a quaisquer que sejam os obstáculos que dificultem às pessoas com deficiências usufruírem os recursos ofertados a todos na sociedade, resultando que sofram desvantagens em relação aos outros.

Elas se constituem como problemas de ordem tal que a busca de solução para superá-las passou a ter destaque e a denominação de acessibilidade, inclusive sendo seu sentido legalmente definido, pela Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que a define como sendo a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015, Item I art. 3º).

É classificada conforme o tipo de obstáculos a vencer, resultando que sua tipologia segue a das barreiras, que é definida na Lei acima citada (2015), resultando em: Acessibilidade Urbanística, caso o obstáculo ocorra devido a elementos das vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; a Acessibilidade Arquitetônica, quando o impedimento ocorre por característica dos edifícios, sejam públicos ou privados; Acessibilidade em Sistemas e Meios de Transportes; Acessibilidade nas Comunicações e na Informação Mediada por Sistemas de Comunicação e de Tecnologia da

Informação; Acessibilidade Atitudinais; e Acessibilidade Tecnológicas (BRASIL, 2015, Item VI art. 3º).

Observa-se que, para uma PCD, a superação de obstáculos para realizar uma ação pretendida deve exigir-lhe esforço igual ou menor que dispense uma pessoa sem deficiências para semelhante situação. E deve ser feita de forma autônoma, sem o auxílio de outrem, mesmo que tenha que recorrer a auxílio de equipamentos e outros recursos. Somente assim, se pode afirmar que ocorreu de forma acessível, em igualdade de condições.

A ocorrência de barreiras causa inquestionável desvantagem à PCD. Em se tratando dos espaços educacionais, pode impedir o pleno desenvolvimento educacional do indivíduo. Por essa razão, a área da Educação se primou em buscar soluções para tornar seu ambiente mais acessível, em todos os seus segmentos. E vem pressionando as demais áreas de conhecimento que atuam em conjunto para que também ofertem serviços acessíveis em seus espaços. Assim, ocorre com as bibliotecas, sejam as escolares, sejam as universitárias, especializadas, públicas, comunitárias, sejam quais forem os seus tipos.

Para garantir que os esforços em prol da acessibilidade ocorram e avancem de forma sinérgica, o sistema educacional brasileiro criou inúmeros procedimentos avaliativos e diretrizes. Especificamente nas Universidades e Institutos Federais, há órgãos que atuam como núcleos em prol da acessibilidade. Entretanto, nem todos seus espaços oferecem autonomia às PCD, apesar de que deveriam se estruturar de maneira inclusiva, possibilitando o atendimento a todos, pois há obrigatoriedade dos órgãos em assegurar o pleno exercício de direitos básicos das PCD. Esse direito é garantido desde o Decreto Lei n. 3.296, de 20 de dezembro de 1999, da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, normativa essa que foi ratificada pela citada Lei n. 13.146/2025, ora vigente (BRASIL, 1999 e 2015).

Quanto à biblioteca ou unidade de informação, além das razões legais, é de sua essência que deva ser um local acessível para que todos possam frequentar e usufruir do espaço para fazer uso da informação. Para isso, deve cooperar para que todos, de forma equitativa, possam ter acesso ao seu espaço informacional.

Todas as atividades a ela pertinentes devem ser realizadas por todos com autonomia e sem esforços, desde o acesso a seu espaço físico e/ou virtual ao atendimento, à consulta

ao acervo, à escolha do local onde irá proceder seus estudos e ao recorrer a recursos tecnológicos complexos e outros serviços disponíveis.

Nesse sentido, é fundamental a existência de políticas de acessibilidade e inclusão que atuem de maneira eficiente e eficaz na promoção da acessibilidade das PCD na biblioteca, possibilitando mais autonomia e inclusão, em reforço às proposições das instituições, como a que se encontra no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) para suas bibliotecas, determinando que elas se guiem por parâmetros que priorizem delas serem “[...] organismos informacionais dinâmicos **com um ambiente acessível** e democrático” (IFMA, 2019, p.102, grifo nosso).

Para estarem consonantes com essa determinação, é importante que os espaços das bibliotecas possuam estruturas mínimas para o atendimento e possibilitem o acesso com autonomia às PCD, assim como seus serviços, o que leva a se considerar a importância e necessidade de se estabelecer Políticas de Acessibilidade e Inclusão voltadas especificamente para as bibliotecas.

Tratando-se de bibliotecas que atendem a entidades educacionais se precisa ter em conta as exigências de acessibilidade de seus estabelecimentos, em que pese ser a Biblioteconomia uma área do conhecimento e de atuação profissional própria.

As relações entre a Biblioteconomia e a Educação são simbióticas e se realimentam, crescendo as duas nessa interrelação virtuosa. Por exemplo, a Biblioteconomia criou tipos de bibliotecas específicas para atender à Educação, que se desenvolveram como subáreas do conhecimento, como foram os casos da Biblioteconomia Escolar e da Biblioteconomia Universitária, entre outras. E a Educação, por sua vez, destaca a biblioteca, considerando-a como fator de qualidade a sua existência nos estabelecimentos educacionais.

Entre as exigências às bibliotecas de fins educacionais, um conjunto delas estão presentes no instrumento de avaliação do ensino denominado Censo da Educação Superior (CENSUP).

Elaborado para o Ensino Superior, o Censo da Educação Superior, com suas questões especialmente formuladas para se obter informações com fins avaliativos das instituições e das políticas públicas, promove o acesso as informações relevantes acerca dos quantitativos do acervo, empréstimos realizados e trabalhos de conclusão de curso, como também sobre a acessibilidade.

Observando-se as questões do Censo da Educação Superior 2023 (CENSUP 2023)¹, constatou-se que busca levantar aspectos relevantes a serem avaliados, o que podem funcionar como parâmetros importantes para formular as citadas políticas de inclusão.

Para contribuir nesse intuito, apresenta-se este estudo elaborado com objetivo de levantar um panorama da acessibilidade nas 23 bibliotecas dos Campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que oferecem cursos do ensino superior, se pesquisando-a da ótica dos parâmetros utilizados no questionário sobre acessibilidade desse censo, buscando entender as condições para esses elementos atuarem como parâmetros de Políticas de Acessibilidade e Inclusão.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso quantitativo de fins descritivos, realizado em 2023, apoiado por pesquisa bibliográfica e documental, no qual o objeto investigado é a acessibilidade das bibliotecas do IFMA, segundo os parâmetros do CENSUP 2023.

O universo investigado se compõe dos dados sobre acessibilidade das 23 bibliotecas da instituição, situada cada uma em diferentes campi da instituição, e a amostra foi composta daqueles relativos às respostas desses órgãos aos quesitos do CENSUP 2023, que se referem à situação em que se encontravam em 2022, uma vez que esse censo, realizado anualmente, solicita informações relativas ao ano anterior à sua realização.

As bibliotecas estudadas se tratam de:

a) As 21(vinte e uma) bibliotecas nos *campi* do IFMA que possuem ensino superior, as quais atendem os cursos desses respectivos espaços, sendo elas localizadas nas localidades maranhenses de Açailândia; Alcântara; Bacabal; Barreirinhas; Barra do Corda; Buriticupu; Caxias; Centro Histórico; Coelho Neto; Codó; Imperatriz; Maracanã; Monte Castelo; Pedreiras; Pinheiro; Santa Inês; São João dos Patos; São José de Ribamar; São Raimundo das Mangabeiras; Timon e Zé Doca; e

b) as duas (2) bibliotecas escolares, que se situam nos *campi* de Grajaú e Viana.

Observa-se que, de início, este estudo foi pensado com recorte somente nas bibliotecas universitárias, porém se verificou que os dados das respostas aos quesitos do CENSUP 2023 que se teve disponível para estudo agregavam também as duas escolares,

¹ <https://censosuperior.inep.gov.br/censosuperior/>

não havendo como separá-los devido à coleta dos dados ser feita por meio de plataforma computacional que aciona todas as 23 unidades da instituição.

A coleta de dados virtual ocorre em cada biblioteca por meio de instrumento situado sítio eletrônico na Web, que apresenta para coletar dados sobre a acessibilidade, uma página eletrônica contendo um questionário estruturado acerca do atendimento na biblioteca, sobre pontos que são de grande relevância para o atendimento das PCD com mais autonomia.

Uma vez respondido o questionário, cada biblioteca envia suas respostas automaticamente ao setor da instituição encarregado de encaminha o conjunto das 23 ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Neste, ocorre o tratamento dos dados automaticamente, filtrando os dados para que permaneçam apenas os referentes às bibliotecas que atendem ao Ensino Superior.

Porém, a disponibilização dos resultados com os dados assim tratados ao público é demorada, razão pela qual se decidiu por utilizar o arquivo “bruto” das respostas das 23 bibliotecas coletadas para envio ao CENSUP 2023.

Sem se dispor do sistema de tratamento de dados do INEP não foi possível separar os referentes às duas bibliotecas escolares, ampliando-se o caso para as 23. E como se escolheu analisá-las segundo os parâmetros exigidos às bibliotecas universitárias, a análise dos resultados levou em conta essa condição.

Para esclarecer melhor a razão e pertinência do uso dos parâmetros do Censo da Educação Superior para avaliar a acessibilidade são apresentadas na seção a seguir.

2.1 A SELEÇÃO DOS PARÂMETROS DO CENSUP COMO CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE

A categorização das bibliotecas é devida se considerar que ela permite aos estudiosos observarem e sugerirem critérios para avaliação de determinados elementos que caracterizam cada tipo, como de o “público da biblioteca, os objetivos, os materiais informacionais, os serviços internos, os serviços de referência e atendimento, os colaboradores e o espaço físico” (Souza, 2022, p. 56). Conhecendo-se a tipologia, se pode recuperar na literatura especializada material informativo sobre os elementos típicos e a gestão da biblioteca é facilitada.

Portanto, ao se considerar critérios de avaliação para uma biblioteca, como é o caso desse avaliar quanto à sua acessibilidade, um dos pontos de partida é conhecer seu tipo.

No entanto, os Institutos Federais de Educação (IFs) têm características tais que não se enquadram na tipologia de bibliotecas propostas pela literatura especializada, de a biblioteca ser escolar, universitária, especializada, pública ou comunitária; e atendem à demanda informacional de diversos níveis de ensino e ao compromisso social dessas instituições, destaca Souza (2022). Esta, opta por utilizar nova classificação, proposta por outros autores, a de Multinível, que se caracteriza por atender a um público variado, de todos os níveis de ensino, incluindo os da Educação Profissional, e com necessidades formativas e informativas diferenciadas.

Para o IFMA, Souza (2022) classifica-o como sendo bibliotecas multiníveis, que lhes implica em se proporem a atendimento informativo e formativo de público de quase todas as idades e condições sociais e culturais.

Por esse caminho, essas bibliotecas para serem consideradas acessíveis precisam atender a critérios de acessibilidade os mais universais possíveis, o que tornaria complexo a definição de parâmetros para entender a sua situação e orientar projetos de adaptação e/ou adequação de seus ambientes, bem como elaborar políticas de acessibilidade.

Contudo, as bibliotecas do IFMA, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, no quadriênio 2019-2023, “assumem duas classificações: ‘Escolar’ por atender alunos da educação básica; e ‘Universitária’ por atender alunos da educação superior” (IFMA, 2029, p. 102). Nada está escrito sobre a Educação Profissionalizante, o que, para Souza (2022), desconsidera a complexidade relativa a esse segmento.

Esse aparente lapso não afeta a avaliação das 23 bibliotecas quanto à acessibilidade uma vez que, como foi explicado, se adotou critérios parcimoniosos, que atendem tanto a bibliotecas escolares, como a universitárias ou a multiníveis, que se destaca ao apresentá-los.

No PDI do IFMA a orientação é de que suas bibliotecas devem atender, no mínimo, a indicadores que lhes configurarem conforme exigem as legislações vigentes e lhes propiciem “uma boa arquitetura e ambiente agradável; técnicas e tecnologias; regulamentos coerentes com a comunidade e a realidade da instituição; serviços de qualidade; e materiais informacionais de forma rápida e organizada” (IFMA, 2019, p.102).

Quanto aos indicadores, os censos da Educação são fontes a que se pode recorrer usualmente, inclusive tratando da acessibilidade, inclusive sendo criados com essa finalidade, sendo que o Censo da Educação Superior pesquisa as instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica².

O Censo da Educação Superior selecionado para o estudo foi o então mais recente, de 2023, dito CENSUP 2023, que havia sido recém aplicado ao início desta pesquisa. Os seus parâmetros foram então considerados como variáveis desta pesquisa e são apresentados na seção que segue.

2.2 AS VARIÁVEIS E O TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados fornecidos pelos bibliotecários às respostas referentes aos quesitos sobre acessibilidade propostos pelo CENSUP 2023 se encontram em arquivo de dados e para seu tratamento foi elaborada sua exportação para uma planilha elaborada no aplicativo Google Forms com as mesmas variáveis do questionário.

Observa-se que o questionário do CENSUP 2023, cujas variáveis se trata da biblioteca oferecer ou não determinados recursos, se desenvolve por meio de perguntas estruturadas, em formato dito “pergunta fechada”, onde a resposta afirmativa em alguns itens, ocasiona que aba específica se abra.

Por exemplo, se for respondido afirmativamente à questão sobre haver ou não condições de acessibilidade, uma tela surge perguntando sobre haver ou não o atendimento em Libras.

No caso da planilha desenvolvida para a coleta esse mecanismo também foi considerado, com os resultados sendo apresentados em quatro tabelas.

A tabela mais sucinta apresenta as variáveis ‘Condições de acessibilidade’; e ‘Atendimento em Libras’ e, à partir das respostas a esses quesitos, se estruturam as outras três tabelas de variáveis.

A primeira dessas três, se tratará por tabela 1. Oferece os resultados das seguintes variáveis:

- a1) Recursos de acessibilidade arquitetônica ou física: Sinalização tátil;
- b1) Rampa de acesso com corrimão;

² <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>

- c1) Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- d1) Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- e1) Bebedouros acessíveis. Sinalização sonora;
- f1) Sinalização visual. Equipamento eletromecânico;
- g1) Banheiros e lavabos acessíveis. Espaço para atendimento acessível; e
- h1) Mobiliário acessível.

A segunda tabela, que se nomeará por tabela 2, estão dispostas as variáveis:

- a2) Acessibilidade de conteúdo: Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão);
- b2) Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia; e
- c2) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível.

Finalmente, na tabela 3, as variáveis que se encontram dispostas são as seguintes:

- a3) Acessibilidade tecnológica: Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão);
- b3) Serviços de impressão em Braille;
- c3) Teclado virtual.

Com os dados fornecidos, o tratamento apresentou os resultados agregados para a análise conforme segue.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na literatura especializada sobre os IFs, encontra-se a dissertação de Souza (2022), que também pesquisou sobre o IFMA em 2021. Esta autora que nesse ano as 23 bibliotecas no IFMA atendiam a 38.480 alunos matriculados em 505 cursos nos 30 *campi* da instituição.

Além de confirmar continuar em 2023 a serem 23 campi com bibliotecas, sendo 21 com cursos superiores e dois, com escolares, a pesquisa documental deste estudo,

levantou que, nesse mesmo ano, o IFMA possuía sem bibliotecas outros três *campi* que ofertam Educação Básica, como também mais três (3) *Campi* Avançados, de Ensino Técnico e Profissionalizante, e um (1) Centro de Referência com cursos de formação inicial e continuada.

Verifica-se que todos os *campi* com cursos superiores possuem bibliotecas, o que sugere que as exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) para funcionamento desses cursos tem efetividade, destacando a importância dos sistemas avaliativos da Educação para a existência das bibliotecas.

Considerando-se as respostas segundo as quatro tabelas que foram apresentadas pelo aplicativo Google Forms, se inicia pela tabela referente às variáveis Condições de acessibilidade e Atendimento em Libras.

Nesta, verifica-se que, para as 23 bibliotecas pesquisadas, 15 responderam afirmativamente de ofertarem recursos de acessibilidade. E as oito restantes informaram que não possuem esses recursos. Dessas 15 que afirmaram disporem de recursos de acessibilidade, dez responderam que atendiam em Libras. Por sua vez, daquelas oito com respostas de não terem recursos de acessibilidade, cinco informaram contraditoriamente que atendem em Libras, contradizendo as suas respostas anteriores de não ofertarem recursos de acessibilidade.

Esse fato destaca que está ocorrendo uma situação a ser melhor esclarecida junto aos respondentes, sugerindo que se realize uma pesquisa de campo para tal.

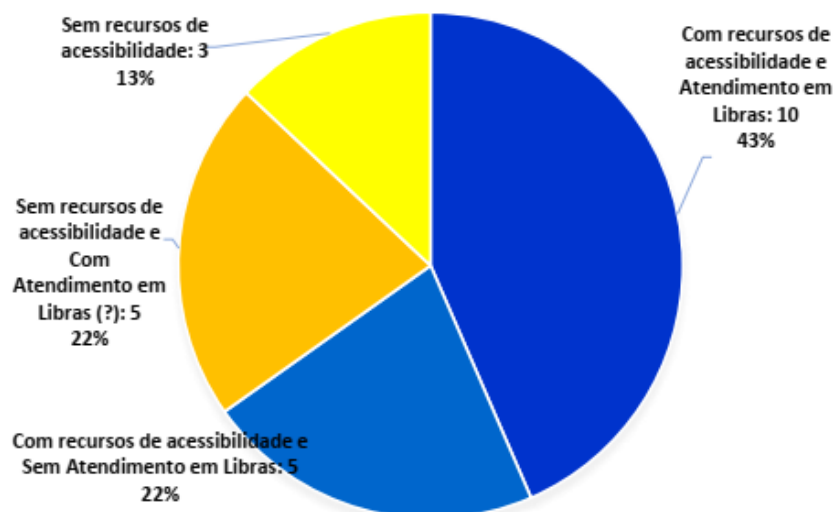
Quanto à análise desses resultados, entre as inúmeras possibilidades, essas respostas contraditórias podem simplesmente serem tratadas como respostas que não atendem e ignoradas no tratamento de dados, quiçá causadas pela ideia de que “recursos de acessibilidade” se tratem de tecnologias formidáveis, dignas de matérias na mídia, distantes das possibilidades do cotidiano de suas bibliotecas ou outro motivo.

Contudo, quaisquer que sejam as razões, essas respostas apontam para a necessidade de campanhas esclarecedoras sobre o que se trata a acessibilidade e como as bibliotecas podem agir para se tornarem mais acessíveis.

A partir desse pensamento, se optou por não as considerar “respostas que não atendem ao solicitado”, pois ocasionaria a rejeição desses dados e à perda da informação da condição acima exposta, que se considerou relevante. Por isso, considerou-se essas cinco respostas como uma situação a ser destacada nos resultados.

A distribuição das bibliotecas do IFMA segundo suas respostas quanto a Haver ou não Recursos de Acessibilidade e Atendimento em Libras são apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição das bibliotecas do IFMA segundo suas respostas quanto a Haver ou não Recursos de Acessibilidade e Atendimento em Libras



Respondentes: 23

Fonte: Autoria própria (2024)

Descrição da imagem: Gráfico no formato pizza com quatro fatias preenchidas com cores diferentes e com texto na cor preta apresentando a distribuição das bibliotecas do IFMA segundo suas respostas quanto a Haver ou não Recursos de Acessibilidade e Atendimento em Libras. A maior fatia é apresentada na cor azul vivo e tem associada a ela o rótulo onde se lê “Com recursos de acessibilidade e Atendimento em Libras: 10 43%”. Segue uma fatia junto à primeira, em cor azul claro e rótulo com os dizeres “Com recursos de acessibilidade e Sem Atendimento em Libras: 5 22%”. A fatia que segue junto, em sequência, tem cor laranja e os dizeres “Sem recursos de acessibilidade e Com Atendimento em Libras (?): 5 22%”. A fatia contígua a esta e que fecha o círculo é a menor e tem cor amarela e rótulo escrito com as palavras “Sem recursos de acessibilidade: 3 13%”. Abaixo do gráfico está escrito Respondentes: 23 e a legenda, onde se lê Fonte: Autoria própria (2024).

A distribuição indica que uma grande maioria das bibliotecas universitárias do IFMA ofertam recursos de acessibilidade e boa parte tem atendimento em Libras. Porém, as diretrizes do PDI da instituição ditam que a legislação vigente deve ser atendida, portanto há ainda 13 bibliotecas que precisam se adaptar e/ou adequar para serem minimamente acessíveis, especialmente, as quase 35% sem nenhum recurso.

Como não há discriminação nos resultados de quais são essas bibliotecas sem recursos, se sugere que se promova um estudo geral e detalhado de acessibilidade para as 23 bibliotecas.

Quanto ao Atendimento em Libras, a já citada contradição da ocorrência de 5 bibliotecas afirmarem em suas respostas que não possuíam recursos de acessibilidade e

tenham Atendimento em Libras sugere a necessidade de campanhas esclarecedoras sobre a acessibilidade e de como as bibliotecas podem agir para se tornarem mais acessíveis.

Essa sugestão encontra reforço na informação sobre o assunto obtida documentalmente, de sete das oito bibliotecas que disseram não possuir atendimento em Libras terem em seus *campi* um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE.

Os NAPNE são órgãos esses que oferecem, de modo geral, o atendimento em Libras e com o qual essas bibliotecas podem buscar soluções emergenciais e deles obterem apoio para vir a ter o atendimento em Libras. Essas situações expostas requerem também para serem mais bem resolvidas a existência de políticas de acessibilidade e inclusão.

As políticas de acessibilidade e inclusão das instituições dizem respeito às suas diretrizes para facilitar o acesso da PCD a seus espaços e também para superar as barreiras que essas pessoas lá encontrem ao utilizar de seus serviços e espaços físicos e virtuais.

No ensino superior público federal, como é o caso do IFMA, as unidades responsáveis pela política de acessibilidade são denominadas por Núcleo de Acessibilidade ou têm nomes assemelhados, variando muito entre as instituições, a ponto de Diniz, Assis e Alves (20018) terem encontrado 31 denominações diferentes.

Também se encontram instituições com diferentes órgãos com o objetivo da promoção da acessibilidade. No IFMA, encontram-se em seu sítio eletrônico a Coordenadoria Geral de Ações Inclusivas (CGAI) e o Departamento de Direitos Humanos e Inclusão Social. E documentalmente se encontrou o citado acima Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE.

Essas informações apontam para a necessidade de se convergir os esforços em prol dessas bibliotecas se tornarem mais acessíveis, por meio de diálogo intenso e contínuo com os órgãos responsáveis institucionalmente pela acessibilidade.

Partindo-se para os resultados sobre os recursos da acessibilidade arquitetônica e física, quanto aos equipamentos físicos que as 15 que responderam afirmativamente os dispõem, apresenta-se a tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Quantitativo de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2023 quanto à acessibilidade arquitetônica ou física

RECURSO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS		
	Sim	Não	TOTAL
Sinalização tátil	8	7	15
Rampa de acesso com corrimão	12	3	15
Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	12	3	15
Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	12	3	15
Bebedouros acessíveis	10	5	15
Sinalização sonora	0	15	15
Sinalização visual	9	6	15
Equipamento eletromecânico	4	11	15
Banheiros e lavabos acessíveis	10	5	15
Espaço para atendimento acessível	12	3	15
Mobiliário acessível	13	2	15

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Descrição: Na tabela 1 há quatro colunas, a primeira apresentando os recursos e as outras três o quantitativo de bibliotecas com o recurso de acessibilidade descrito no questionário. Na primeira linha da tabela, para o recurso “Sinalização tátil”, oito bibliotecas responderam possuir o recurso em seus espaços, e sete não, totalizando as 15 unidades. Nas seguintes, apresenta o recurso “Rampa de acesso com corrimão”, 12 bibliotecas responderam sim e três não em um total de 15. Recurso “Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida”, 12 bibliotecas responderam sim e três não, em um total de 15. Recurso “Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida”, 12 bibliotecas responderam sim e três não, em um total de 15. “Bebedouros acessíveis”, 10 bibliotecas responderam sim e cinco não em um total de 15. “Sinalização sonora”, 15 bibliotecas responderam não e zero sim, em um total de 15. Para o recurso “Sinalização visual”, nove bibliotecas responderam sim e seis não, em um total de 15. O recurso “Equipamento eletromecânico”, quatro bibliotecas responderam sim e 11 não, em um total de 15. “Banheiros e lavabos acessíveis”, 10 bibliotecas responderam sim e cinco não, em um total de 15. “Espaço para atendimento acessível”, 12 bibliotecas responderam sim e três não, em um total de 15. “Mobiliário acessível”, 13 bibliotecas responderam sim e dois não, em um total de 15.

Observa-se nesses resultados que a maioria das bibliotecas se encontram equipadas com grande parte dos recursos, a menos das sinalizações sonora, que nenhuma possui, e da tátil e visual, que estão presentes somente em pouco mais de 50% delas; e dos equipamentos eletromecânicos, presentes em apenas algumas poucas (26%). Entretanto

cabe ressaltar, que algumas bibliotecas são no térreo, não havendo porquê da utilização de equipamentos eletromecânicos, que se tratam de elevadores e escadas rolantes.

Comenta-se que, quanto à “Mobiliário acessível”, a Norma da ABNT 9050/2021 traz em seu tópico 10.16 os padrões técnicos para bibliotecas e centros de leituras. São padrões específicos para mobiliário acessível. Dita o texto que “Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme a Seção 9. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS, 2021, p. 135). Portanto, se verifica que a exigência é muito branda para esse quesito, tornando-se pouco justificável não o atender.

Passando-se à tabela 2, que se refere a dados referentes à acessibilidade de conteúdo, encontrou-se a situação nela exposta.

Tabela 2 – Quantitativos de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2023 quanto à acessibilidade de conteúdo

RECURSO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS		
	Sim	Não	TOTAL
Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)	10	5	15
Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia	6	9	15
Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível	3	12	15

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Descrição: Na tabela 2 há quatro colunas que apresentam o quantitativo de bibliotecas que possuem o recurso de acessibilidade, acerca do conteúdo. Na primeira linha da tabela, para o recurso “Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)”, 10 bibliotecas responderam sim e cinco não, em um total de 15. Na segunda linha, para o recurso “Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia”, seis bibliotecas responderam sim e nove não, em um total de 15. Na terceira linha, para o recurso “Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível”, três bibliotecas responderam sim e 12 não, em um total de 15.

Observa-se que há acervo em formato acessível em pouco menos que a metade das bibliotecas. É um resultado tímido, que requer providências, sendo que um dos caminhos para a melhoria também é apresentado nessa tabela, o de haver um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível. Porém, há plano em apenas três bibliotecas, que não são necessariamente as que responderam não ter acervo.

A elaboração do plano é um item que não depende de recursos financeiros significativos, sua feitura carece de ser priorizada. Também chama a atenção que os sítios ainda não sejam acessíveis, haja vista que os recursos de acessibilidade para eles são obtidos gratuitamente. (Diniz; Assis; Alves, 2018). Sobre equipamentos eletrônicos para serviços digitais para a acessibilidade, se encontram os resultados na tabela 3.

Tabela 3 – Quantitativos de bibliotecas do IFMA segundo o CENSUP 2022 quanto a acessibilidade tecnológica

RECURSO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS		
	Sim	Não	TOTAL
Leitores de tela para pessoas com def. visual (cegueira e baixa visão)	4	11	15
Serviços de impressão em Braille	0	15	15
Teclado virtual	4	11	15

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Descrição: Na tabela 3 há quatro colunas, a primeira apresentando os recursos e as três seguintes a quantidade de bibliotecas que possuem o recurso de acessibilidade tecnológica, na segunda coluna, a quantidade que não possui o recurso; e na terceira coluna, o total de bibliotecas respondentes. Na primeira linha da tabela, para o recurso “Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)”, quatro bibliotecas responderam sim e 11 não, em um total de 15. Na segunda linha, para o recurso “Serviços de impressão em Braille”, nenhuma biblioteca responderam sim e 15, a totalidade, não. Na terceira linha, para o recurso “Teclado virtual”, quatro bibliotecas responderam sim e 11 não, em um total de 15.

Verifica-se que a acessibilidade tecnológica ainda é algo pouco utilizado nessas bibliotecas, porém algumas, poucas, já apresentam leitores de tela e teclados virtuais, podendo nesse caso oferecer as Pessoas com Deficiência autonomia ao utilizar algum serviço na biblioteca.

Porém, a não existência de equipamento para impressão em Braille sugere o desconhecimento da importância para o cego da leitura em Braille. O Braille, como a taquigrafia e a estenografia, são recursos da expressão gráfica do pensamento que requerem conhecimento de sua técnica e treinamento intensivo para seu uso com desenvoltura.

Logo, não havendo nas bibliotecas esse recurso para impressão em Braille à disposição de seus usuários cegos, haverá menos oportunidades deles se aprimorarem nos estudos com autonomia, situação que requer solução para que tenham condições de usufruírem das mesmas oportunidades que os estudantes sem deficiências conseguem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo oferece um panorama da situação da acessibilidade nas 23 bibliotecas universitárias do IFMA, cada uma atendendo aos cursos superiores de um específico *campi*, panorama esse visto da ótica dos parâmetros do CENSUP 2023, visando que seus parâmetros atuem como indicadores para orientar Políticas de Acessibilidade e Inclusão.

Para obter esse quadro, foi realizado um levantamento das respostas dessas bibliotecas ao questionário do CENSUP 2023, coletando-se os dados por meio de uma planilha elaborada no Google Forms com as variáveis utilizadas por esse censo.

O tratamento dos dados coletados revelou que, das 23 bibliotecas existentes, 15 afirmam possuir recursos de acessibilidade, sendo que oito delas informam também que possuem atendimento em Libras. Isto é, a grande maioria das bibliotecas universitárias do IFMA contam com recursos de acessibilidade e boa parte delas tem atendimento em Libras. Por outro lado, também se veio a saber que há ainda 13 bibliotecas, quase metade do total, que precisam se adaptar e/ou adequar para serem minimamente acessíveis.

Observou-se que a acessibilidade é um assunto que precisa ser melhor conhecido, sugerindo a necessidade de campanhas esclarecedoras, com orientações de como as bibliotecas podem agir para se tornarem mais acessíveis, sendo um dos caminhos o de participarem intensamente de órgãos da instituição que se propõem à promoção da acessibilidade e inclusão.

Quanto à acessibilidade arquitetônica ou física, os resultados indicaram que a maioria das bibliotecas se encontram equipadas com grande parte dos recursos, a menos das sinalizações sonora, tátil e visual. Porém, devido ao relativamente baixo preço dos itens que são necessários, os resultados requerem ser melhorados.

A acessibilidade de conteúdo também não está atendida em quase a metade delas, dizendo respeito à falta de acervo acessível e de plano para sua aquisição.

Também se destacou o fato de todas não terem seus sítios acessíveis, haja vista que os recursos de acessibilidade para tal são obtidos gratuitamente. Essa situação aliada à informação obtida desses resultados quanto ao baixo uso de recursos tecnológicos para a acessibilidade, sugerem a importância de se investir em habilidades e cultura tecnológicas em prol da inclusão.

Enfim, constatou-se que há necessidade de mais recursos de acessibilidade e a possibilidade de quesitos do Censo serem adotados como parâmetros úteis para nortear políticas de acessibilidade e inclusão para as bibliotecas universitárias. Pensar em acessibilidade para as bibliotecas por meio das questões formuladas, a partir, de bases consolidadas como a do CENSUP 2023, poderá oferecer bons parâmetros para propor melhores condições a todos, não só do Ensino superior, ressaltando-se que, a relevância desse conhecimento atinge todos os níveis de Ensino da instituição, considerando-se que as bibliotecas do Instituto Federal do Maranhão atendem a diversos níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL Decreto-lei nº3296, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1999. Capítulo IX no Art. 50.

DINIZ, Cládice Nóbile; ASSIS, Josiane Braz de; ALVES, Leon Diniz. Perspectivas da acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nas universidades federais brasileiras da ótica de seus sítios e bibliotecas In: **DNA Educação**, v.2, 1 ed. São Paulo: Dialogar, 2018, p. 97-120.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: IFMA 2019-2023. São Luiz: 2019. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/IFMA-PDI-PRINCIPAL-v18-20190626-visualizacao.pdf>

SOUZA, Telma Maria Viola de. **Biblioteca e educação profissional**: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.27.2022.tde-12012023-185633. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-12012023-185633/publico/TelmaMariaViolaDeSouzaVC.pdf>

Recebido em: 20 de março de 2024
Aprovado em: 27 de abril de 2024
Publicado em: 10 de agosto de 2024